

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Estado de São Paulo

CLASS. : Amazônia / CPI

DATA : 17 12 91

PG. : 6 236

AMAZÔNIA

CPI quer anular ato que institui área ianomâmi

ELZA PIRES

BRASÍLIA — A Comissão Parlamentar de Inquérito da Internacionalização da Amazônia encerrou seus trabalhos, depois de seis meses, com um pedido de revogação da portaria que instituiu a área ianomâmi e recomendações distantes das polêmicas que motivaram a sua criação. Convencidos da existência de uma ameaça estrangeira à Amazônia, 21 parlamentares investigaram a atuação das missões religiosas na região e os aeroportos clandestinos. Após ouvir 44 depoimentos, concluíram haver mais denúncias do que provas contra os missionários e que os aeroportos clandestinos devem passar por uma fiscalização mais rígida.

Dividida entre uma minoria de deputados que se auto-definem de "verdes" e uma maioria formada por parlamentares do chamado "bloco da Amazônia", a Comissão acabou adiando a sua conclusão: um dia antes da última reunião, o relator, deputado Avenir Rosa (PDC-RR), foi surpreendido com a denúncia de que o texto final trazia a integral de um artigo publicado na revista da Escola Superior de Guerra — a de número 15, de 1990. O autor do artigo, capitão-de-mar-e-guerra Sérgio Porto da Luz, era também assessor parlamentar e fora convidado a auxiliar nos trabalhos da CPI.

"O documento da ESG foi retirado do texto", garantiu o relator Avenir, depois de mandar reescrever o relatório e adiar a votação das conclusões da CPI na semana passada. Na primeira versão, havia pelo menos cinco projetos de lei sobre a instituição de reservas garimpeiras na Amazônia em locais onde há minério, a revogação da portaria criando o Parque Ianomâmi, a criação de dois novos territórios no Alto Rio Negro e Solimões e a instituição de um rigoroso controle dos recursos nacionais e estrangeiros destinados às chamadas Organizações Não-Governamentais.

Mudanças — Depois da polêmica com o relatório, esses pontos foram totalmente modificados. Na segunda versão, há 25 recomendações, nenhum projeto de lei nem menções a reservas garimpeiras e a determinação de que o governo deve verificar "a existência ou não do proselitismo religioso através da Funai". A criação de novos territórios se fará desde que haja "conveniência para a União".

Para o vice-presidente da Comissão, deputado João Fagundes (PMDB-RR), as recomendações da CPI "não vão mudar nada a situação na região". Ele afirma que o assessor Porto da Luz colocou na versão preliminar do texto suas próprias idéias, no lugar do resumo dos depoimentos ouvidos. Também na opinião dos deputados Tuga Angerami (PSDB-SP) e Lourival Freitas (PT-AM), representantes da minoria "verde", o relatório final, mesmo reescrito, não reflete o que se passou durante os trabalhos. Eles apresentaram uma conclusão à parte, com críticas ao texto final, votado e aprovado sexta-feira. "Esse texto contém verdadeiras aulas sobre a Amazônia e o panorama mineral da região, mas deixa de lado o principal conteúdo dos trabalhos, que é a síntese dos depoimentos", diz Angerami.

Relator acusado de traficar bebês

BRASÍLIA — O deputado Avenir Rosa (PDC-RR), relator da CPI da Amazônia, esteve envolvido em denúncias de tráfico de bebês e crianças para o Exterior. Seu nome foi citado no depoimento de uma das pessoas envolvidas nas acusações de tráfico de crianças, mas, por causa de sua imunidade parlamentar, Avenir não foi chamado a depor no inquérito que apura o caso na Polícia Federal.

Ele foi acusado de tráfico de crianças vindas de Goiás para Brasília e depois enviadas para a Europa. Também é apontado pela CPI que investiga a violência contra crianças, que votará seu relatório final em fevereiro.